



ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

1 Ata da Assembleia geral extraordinária da Associação dos Docentes da Universidade
2 Estadual do Sudoeste da Bahia - ADUSB, realizada aos vinte e três dias do mês de
3 fevereiro de dois mil e dezesseis, iniciada às 09 horas e trinta minutos no Anfiteatro do
4 Pavilhão Prof. Manoel Sarmiento, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no
5 campus de Jequié, em segunda convocação, presidida por Márcia Santos Lemos
6 (presidente), Cleide de Lima Chaves (secretária geral) e Jorge Nascimento (vice-
7 presidente Jequié), onde estiveram presentes os dezenove assinantes da lista de presença
8 em anexo, com a seguinte pauta aprovada: 1. Informes; 2. Campanha de reivindicações
9 2016: avaliação e encaminhamentos; 3. Pauta do CONSU: 3.1. Proposta orçamentária
10 2016; 3.2. Regimento da Comissão de Avaliação do Orçamento; 3.3. Plano de
11 otimização de recursos e outras providências; 3.4. Minutas de resolução CONSU: -
12 Dispõe sobre os direitos de propriedade intelectual na Universidade Estadual do
13 Sudoeste da Bahia e dá outras providências - Cria o Sistema de Gestão Tecnológica e
14 Inovação da UESB- Sistema GESTEC-NIT. **1. Informes.** A plenária não apresentou
15 nenhum informe. A diretoria, por meio da presidente Márcia Lemos, apresentou os
16 seguintes informes: a aprovação do projeto de lei 22/2015 e a aprovação da lei,
17 nomeada n.13.471/2015, o chamado pacote de maldades do Governo Rui Costa, que
18 extinguiu a licença sabática, bem como modificou as regras para licença prêmio e
19 estabilidade econômica, ocorreu no final do ano de 2015. A Adusb, juntamente com as
20 demais Ads, fez forte denúncia e manifestações na Assembleia Legislativa no final do
21 ano passado. No dia 9 de dezembro de 2015, demonstraram força e capacidade de
22 resistência ao autoritarismo e a repressão do governo do Partido dos Trabalhadores,
23 representado por Rui Costa, pois estiveram durante todo o dia na Assembleia
24 Legislativa para pressionar os deputados a barrarem o “pacote de maldades” e tiveram
25 que enfrentar a violência policial, autorizada pelo presidente da ALBA, deputado
26 Marcelo Nilo (PDT). Mesmo com toda a luta e resistência, o projeto de lei foi aprovado.
27 O assessor jurídico da Adusb, Erick Menezes, elaborou um parecer jurídico, explicando
28 as modificações nos direitos trabalhistas e esse parecer foi enviado para toda a categoria
29 por meio do boletim jurídico. Sobre o corte do adicional de insalubridade, Márcia
30 Lemos informou que os mandados de segurança, impetrados em Salvador, foram
31 deferidos pela Justiça e que a liminar tem que ser cumprida, caso o Governo não o faça,
32 o assessor jurídico irá entrar com o mandado de prisão do secretário de administração
33 (SAEB). Haverá reunião dos assessores jurídicos das quatro Ads para elaboração de um
34 parecer único sobre a retirada dos direitos. A ADUSB abriu novo prazo, até o dia 26 de

Adusb
Cleide

35 fevereiro, para os filiados que ainda não ingressaram com o mandado para requerer a
36 reintegração do adicional de insalubridade. Houve reunião com membros da comissão
37 institucional, criada para acompanhar a insalubridade. Marcos Henrique Fernandes, que
38 é da comissão institucional da Uesb, informou que foi criada a comissão para poder
39 acompanhar os processos e tomar decisões coletivas. A comissão realizou uma reunião
40 com a Junta Médica do Estado e com a SAEB, representada por Adriano Tambone, e o
41 mesmo deixou claro que o Governo vai pagar o retroativo aos professores que
42 comprovem ter direito ao adicional. Segundo Marcos Henrique, Tambone informou
43 também que o procedimento de cortar o adicional ocorreu com todas as secretarias de
44 Estado. O Diretor Geral da Junta Médica informou que o Estado adotou o corte
45 indiscriminado porque a concessão do adicional de insalubridade era feita de forma
46 irregular e que aplicará a resolução, sem considerar as especificidades do trabalho
47 docente. A comissão propôs que fossem feitas alterações na tabela de classificação e
48 eles acataram as propostas. Márcia Lemos informou sobre a ação sobre teto
49 remuneratório, em que os(as) filiados terão novo prazo até o dia 12 de março para
50 encaminhar a documentação à Adusb. Márcia informou também que a ADUSB fez um
51 ato para pressionar o Governador Rui Costa em Vitória da Conquista no dia 29 de
52 janeiro do ano corrente. Professores(as) da UESB abordaram o governador em
53 cerimônia para reivindicar o restabelecimento do adicional de insalubridade, denunciar
54 a extinção da licença sabática, cobrar o pagamento do reajuste linear e posicionamento
55 sobre a pauta de reivindicações 2016. Sobre a licença sabática, Rui Costa utilizou a
56 suposta necessidade de contratação de substitutos para justificar o fim da licença e
57 quando comunicado pelos(as) professores(as) que a contratação não está prevista no
58 Estatuto do Magistério Superior, o governador afirmou não ter conhecimento dessa
59 informação, demonstrando despreparo do governo diante das demandas das
60 Universidades Estaduais. Sobre o corte ilegal do adicional de insalubridade, Rui Costa
61 defendeu que “ilegal era o pagamento”. A Adusb questionou a afirmação do
62 Governador, pois os docentes que colocam a saúde em risco, atuando em laboratórios e
63 clínicas, tiveram seus adicionais concedidos por peritos contratados pelo próprio
64 Estado. Os(As) docentes entregaram ao Governador a pauta de reivindicações
65 protocolada em 18 de dezembro de 2015 e cobraram posicionamento o mais breve
66 possível. O governador se comprometeu a ler a pauta e solicitar retorno do Secretário de
67 Educação. Sobre a recomposição das perdas salariais, o governador voltou a afirmar que
68 não haverá nenhuma recomposição salarial para os servidores públicos estaduais. Jorge
69 Nascimento informou acerca da participação da delegação da Adusb no 35º Congresso
70 do ANDES, ocorrido entre 25 e 30 de janeiro do corrente ano em Curitiba. Márcia
71 Lemos informou sobre a reunião ocorrida dos Gts do ANDES, no dia 22 de fevereiro,
72 em Vitória da Conquista. **2. Campanha de reivindicações 2016: avaliação e**
73 **encaminhamentos.** A diretoria debateu os encaminhamentos propostos pelo Fórum das
74 Ads, de que após quase 70 dias de silêncio do governo sobre a pauta de reivindicações,
75 é preciso que a categoria demonstre sua capacidade de mobilização e reivindicação
76 junto ao Governo do Estado. A avaliação é de que os professores têm sido atacados
77 desde o final de 2015, quando o “Pacote de Maldades” foi aprovado, restringindo e
78 retirando direitos historicamente constituídos, bem como o adicional de insalubridade,

Marcia Lemos
adusb

79 que foi cortado de forma irregular, além do corte no orçamento destinado para as
80 Universidades, que não comporta as demandas de ensino, pesquisa e extensão. Além
81 disso, o governador Rui Costa já anunciou que não pagará o reajuste linear aos
82 servidores públicos. As secretarias governamentais também não fizeram qualquer
83 pronunciamento a respeito da pauta de reivindicações protocolada em 18 de dezembro
84 de 2015. Diante desse cenário de silêncio e descaso, a assembleia entende que não há
85 alternativa além do endurecimento com o governo. Dessa forma, Márcia Lemos
86 apresentou os encaminhamentos do Fórum das Ads, de paralisação das atividades
87 docentes no dia 7 de abril e realização de ato público em Salvador, com o objetivo de
88 pressionar o governo a iniciar as negociações com a categoria. A assembleia aprovou
89 por unanimidade que seja feita a construção do ato a partir de reuniões dentro do Fórum
90 das Ads e que o dia 7 de abril seja a culminância de uma mobilização que deve começar
91 a partir de hoje nas plenárias e nos conselhos superiores da Uesb; a assembleia indicou
92 pela mobilização e articulação com o funcionalismo e o movimento estudantil das
93 Universidades. Os docentes aprovaram também, com uma abstenção, a criação de um
94 grupo de trabalho para acompanhamento do processo de restabelecimento do adicional
95 de insalubridade, e os professores Baraquizio Braga, Haroldo Mendes e Marcos
96 Henrique Fernandes disponibilizaram seus nomes para participarem do GT. Já está
97 agendada uma reunião com representantes dos GTs e das assessorias jurídicas das
98 quatro Ads no dia 25 de fevereiro, às 10h, na Adusb em Vitória da Conquista, para
99 debaterem sobre o tema. A assembleia também deliberou pela elaboração de uma forte
100 campanha de mídia para denunciar a política de sucateamento do serviço público e a
101 retirada de direitos. Por fim, a assembleia aprovou, com uma abstenção, a
102 recomendação de que a diretoria da Adusb, quando convidada pelos diretores de
103 departamento, possa comparecer às reuniões departamentais para esclarecer e levar as
104 decisões da categoria. **3. Pauta do CONSU.** A diretoria da Adusb preparou uma análise
105 sobre os pontos a serem tratados no CONSU e encaminhou aos departamentos e, nesse
106 momento, propõe que a análise seja debatida pela assembleia. **3.1. Proposta**
107 **orçamentária 2016:** sobre a proposta para o orçamento 2016, a diretoria apresentou os
108 questionamentos e a assembleia, após discussão, aprovou por unanimidade os seguintes
109 encaminhamentos: 1. Que o CONSU deve definir a política orçamentária da Uesb a
110 partir do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 2. Submeter
111 a destinação dos recursos à definição da política orçamentária estabelecida pelos
112 Departamentos; 3. Cobrar a execução do orçamento conforme sua aprovação no Consu;
113 4. Estabelecer o mês de março como data limite para a aprovação do orçamento de
114 2016; 5. Exigir da Reitoria que a proposta de orçamento participativo, elaborada pela
115 Comissão de Orçamento e enviada para a secretaria do CONSU, seja encaminhada para
116 os demais conselheiros, para conhecimento e deliberação; **3.2. Regimento da Comissão**
117 **de Avaliação do Orçamento.** A diretoria lembrou à Assembleia que a Reitoria já se
118 comprometeu em elaborar uma proposta de orçamento participativo. No entanto, essa
119 proposta não aparece como atribuição da comissão de avaliação do Orçamento e, por
120 isso, a diretoria propôs que seja alterado o capítulo IV da minuta, para incluir como
121 atribuição da comissão a elaboração da proposta de implementação do orçamento
122 participativo e transparente na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. A proposta

Marcia Lemos
C. Lemos

123 foi aprovada por unanimidade. **3.3. Plano de otimização de recursos.** A diretoria da
124 Adusb chamou a atenção da categoria para pontos dentro do plano de “otimização” que
125 ferem princípios aprovados no interior da Universidade e na própria Constituição
126 Federal e destacou que a nossa seção sindical é favorável à melhoria da gestão dos
127 recursos, mas isso não pode ser confundido com adequação aos cortes impostos pelo
128 governo que inviabilizam o funcionamento das Universidades. Por esse motivo, a
129 diretoria propôs que o “Plano de Otimização dos Recursos” não deve ser aprovado tal
130 como está formulado e propõe que a formulação de um Plano de Gestão e não de
131 “otimização” – termo próprio da iniciativa privada, usado, na maioria das vezes para
132 precarizar as condições de trabalho e funcionamento institucional – caso seja
133 construído, preserve o princípio da gratuidade das instituições públicas, da
134 indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da autonomia universitária. A
135 filiada Iracema Lima sugeriu a inclusão no texto de que a UESB é uma “Instituição de
136 Ensino Superior Pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada”. As
137 propostas foram aprovadas por unanimidade. **3.4. Minutas de resolução CONSU: -**
138 **Dispõe sobre os direitos de propriedade intelectual na Universidade Estadual do**
139 **Sudoeste da Bahia e dá outras providências; - Cria o Sistema de Gestão**
140 **Tecnológica e Inovação da UESB- Sistema GESTEC-NIT.** A diretoria da Adusb
141 também apresentou sua análise feita sobre as duas resoluções que permitem, dentre
142 outras questões, a construção de parcerias público-privadas na Universidade, inclusive
143 afastamento docente para realização de pesquisas privadas. A diretoria avaliou que a
144 Universidade Pública não pode ser aberta para atender aos interesses do capital,
145 utilizando-se para isto da mão de obra técnica, qualificada e de toda a estrutura que
146 muitas vezes não supre as necessidades dos cursos de Graduação e Pós-Graduação
147 existentes na Instituição. A categoria aprovou que o debate a ser feito no CONSU sobre
148 as duas resoluções deve partir das reflexões da assembleia da Adusb e das contribuições
149 dos departamentos. As deliberações da assembleia sobre a pauta do CONSU serão
150 encaminhadas pela ADUSB para os Departamentos e para a presidência do CONSU,
151 para conhecimento e contribuição no debate. Nada mais havendo a tratar, às 13 horas,
152 eu, Cleide de Lima Chaves, secretária geral, lavro esta ata que será assinada por mim e
153 pela presidente Márcia Santos Lemos.

Cleide de Lima Chaves
Márcia Santos Lemos